

**INCLUSÃO,  
INTERSECCIONALIDADE E  
DIVERSIDADE NA ESCOLA:  
GÊNERO, RAÇA E  
DEFICIÊNCIA COMO  
CATEGORIAS  
INDISSOCIÁVEIS NA  
PRÁTICA PEDAGÓGICA**

**INCLUSION, INTERSECTIONALITY, AND DIVERSITY IN SCHOOLS: GENDER,  
RACE, AND DISABILITY AS INSEPARABLE CATEGORIES IN PEDAGOGICAL  
PRACTICE**

Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas • 09/06/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/780919696](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/780919696)

---

Simone Pelaes Maciel Nunes<sup>1</sup>

David da Silva Riotinto dos Santos<sup>2</sup>

Luciana Novais Freitas<sup>3</sup>

Alessandra Conceição de Oliveira<sup>4</sup>

---

## **RESUMO**

A presente pesquisa aborda o tema inclusão, interseccionalidade e diversidade na escola, com foco na compreensão de gênero, raça e deficiência como categorias indissociáveis na prática pedagógica. A discussão parte do entendimento de que a escola é um espaço formado por sujeitos diversos, marcados por histórias, identidades, necessidades e condições sociais distintas, o que exige práticas educativas mais sensíveis, acolhedoras e comprometidas com a equidade. O objetivo geral do estudo foi analisar de que maneira a inclusão, a interseccionalidade e a diversidade podem ser compreendidas e incorporadas à prática pedagógica escolar, considerando gênero, raça e deficiência como dimensões articuladas na construção de uma educação mais justa e democrática. A justificativa da pesquisa está relacionada à necessidade de ampliar o debate sobre as desigualdades presentes no cotidiano escolar, especialmente aquelas que atingem estudantes atravessados por múltiplos marcadores sociais, como racismo, capacitismo, desigualdades de gênero e barreiras educacionais. Metodologicamente, o estudo foi desenvolvido por meio de uma pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa, a partir da análise de artigos científicos, livros, dissertações e demais produções acadêmicas relacionadas à inclusão escolar, diversidade, interseccionalidade, educação antirracista, deficiência e práticas pedagógicas inclusivas. Conclui-se que uma escola verdadeiramente inclusiva não se limita a garantir o acesso dos estudantes, mas precisa criar condições reais de permanência, participação, aprendizagem e pertencimento. Dessa forma, a prática pedagógica deve reconhecer gênero, raça e deficiência de maneira articulada, promovendo ações antidiscriminatórias e fortalecendo uma educação comprometida com o respeito às diferenças e com a

dignidade de todos os sujeitos.

**Palavras-chave:** Inclusão escolar; Interseccionalidade; Diversidade.

## **ABSTRACT**

This research addresses the theme of inclusion, intersectionality, and diversity in schools, focusing on the understanding of gender, race, and disability as inseparable categories in pedagogical practice. The discussion is based on the understanding that school is a space formed by diverse subjects, marked by different histories, identities, needs, and social conditions, which requires more sensitive, welcoming educational practices committed to equity. The general objective of the study was to analyze how inclusion, intersectionality, and diversity can be understood and incorporated into school pedagogical practice, considering gender, race, and disability as articulated dimensions in the construction of a fairer and more democratic education. The justification for the research is related to the need to expand the debate on inequalities present in everyday school life, especially those affecting students crossed by multiple social markers, such as racism, ableism, gender inequalities, and educational barriers. Methodologically, the study was developed through bibliographic research, with a qualitative approach, based on the analysis of scientific articles, books, dissertations, and other academic productions related to school inclusion, diversity, intersectionality, anti-racist education, disability, and inclusive pedagogical practices. It is concluded that a truly inclusive school is not limited to guaranteeing students' access, but must create real conditions for permanence, participation, learning, and belonging. Thus, pedagogical practice must recognize gender, race, and disability in an articulated way, promoting anti-discriminatory actions and strengthening an education committed to respecting

differences and the dignity of all subjects.

**Keywords:** School inclusion; Intersectionality; Diversity.

## 1. INTRODUÇÃO

A escola contemporânea tem sido cada vez mais desafiada a reconhecer a diversidade como parte essencial de sua função social, pedagógica e humana. Nesse contexto, discutir inclusão, interseccionalidade e diversidade significa compreender que os sujeitos que ocupam o espaço escolar não podem ser vistos de maneira homogênea, pois carregam histórias, identidades, pertencimentos, condições sociais e experiências distintas. Gênero, raça e deficiência, nesse sentido, não devem ser analisados como categorias separadas, mas como dimensões que se cruzam e influenciam diretamente as formas de acesso, permanência, participação e aprendizagem dos estudantes. De acordo com Silva e Silva (2026), a inclusão escolar precisa ultrapassar a dimensão legal e alcançar a prática pedagógica cotidiana, garantindo que todos os alunos sejam reconhecidos em suas necessidades e potencialidades. Assim, a escola assume o compromisso de não apenas receber os estudantes, mas também de criar condições reais para que cada um se sinta pertencente, respeitado e capaz de aprender.

A discussão sobre inclusão escolar torna-se ainda mais importante quando se observa que muitas desigualdades permanecem naturalizadas no cotidiano educativo. Estudantes negros, meninas, estudantes com deficiência e sujeitos atravessados por diferentes marcadores sociais podem vivenciar formas específicas de exclusão, silenciamento ou baixa expectativa em relação às suas capacidades. Segundo Hoffmann e Mafra (2025), a interseccionalidade permite compreender a deficiência em diálogo com gênero, raça e classe,

revelando camadas de exclusão que muitas vezes não são percebidas quando essas categorias são analisadas isoladamente. Dessa forma, pensar uma prática pedagógica inclusiva exige que a escola amplie seu olhar sobre os estudantes, compreendendo que a aprendizagem não acontece fora das relações sociais, culturais e históricas que atravessam a vida de cada sujeito.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar de que maneira a inclusão, a interseccionalidade e a diversidade podem ser compreendidas e incorporadas à prática pedagógica escolar, considerando gênero, raça e deficiência como categorias indissociáveis na construção de uma educação mais equitativa, acolhedora e comprometida com o respeito às diferenças. Para alcançar esse objetivo, foram definidos três objetivos específicos: compreender os conceitos de inclusão, interseccionalidade e diversidade no contexto escolar, destacando sua importância para práticas pedagógicas mais justas e sensíveis; identificar como as desigualdades relacionadas a gênero, raça e deficiência se manifestam no cotidiano escolar e de que forma essas categorias se atravessam na experiência educacional dos alunos; e discutir estratégias pedagógicas inclusivas que contribuam para o enfrentamento de preconceitos, discriminações e barreiras educacionais, promovendo uma escola mais democrática, plural e respeitosa.

A justificativa deste estudo está relacionada à necessidade de fortalecer uma educação comprometida com a equidade, os direitos humanos e a valorização das diferenças. A escola, enquanto espaço de formação social, precisa reconhecer que a inclusão não se efetiva apenas por meio da matrícula ou da presença física do aluno, mas por meio de práticas pedagógicas que garantam participação, acessibilidade, aprendizagem e pertencimento. Nascimento et al.

(2025) destacam que a educação para todos depende da construção de ambientes escolares acolhedores, capazes de enfrentar barreiras e promover a participação plena dos estudantes. Assim, a relevância da pesquisa está em contribuir para o debate sobre uma prática pedagógica que compreenda gênero, raça e deficiência de forma articulada, evitando respostas fragmentadas e ampliando as possibilidades de uma escola mais sensível às realidades concretas dos sujeitos.

Metodologicamente, a pesquisa foi desenvolvida por meio de uma pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa, a partir da análise de estudos, artigos científicos, dissertações, livros e demais produções acadêmicas que tratam da inclusão, da diversidade, da interseccionalidade, da educação antirracista, da deficiência e das práticas pedagógicas inclusivas. Foram utilizados descritores como inclusão escolar, diversidade na escola, interseccionalidade na educação, gênero e educação, raça e educação, deficiência e inclusão escolar, prática pedagógica inclusiva e educação antidiscriminatória. As buscas foram realizadas em plataformas como Google Acadêmico, SciELO, Portal de Periódicos da CAPES, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e repositórios institucionais. A seleção dos materiais considerou estudos publicados preferencialmente entre 2022 e 2026, em língua portuguesa, disponíveis integralmente e relacionados diretamente ao contexto educacional.

Diante desse cenário, a presente pesquisa parte do seguinte problema de pesquisa: de que maneira a inclusão, a interseccionalidade e a diversidade podem contribuir para a construção de práticas pedagógicas que considerem gênero, raça e deficiência como categorias indissociáveis no cotidiano escolar?

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA OU REVISÃO DA LITERATURA**

### **2.1. Inclusão Escolar e o Direito à Aprendizagem na Diversidade**

De acordo com Silva e Silva (2026), a inclusão escolar precisa ser compreendida como um processo que ultrapassa a matrícula do estudante e exige mudanças reais na organização pedagógica da escola. Essa compreensão é essencial porque a presença física do aluno no espaço escolar não garante, por si só, participação, aprendizagem, pertencimento e valorização de sua identidade. A escola inclusiva precisa reconhecer que cada sujeito chega à sala de aula carregando histórias, ritmos, necessidades e formas singulares de aprender. Nesse sentido, Nascimento et al. (2025) afirmam que a educação para todos deve se materializar em ambientes escolares acolhedores, democráticos e capazes de enfrentar as barreiras que impedem a participação plena dos estudantes. Assim, pensar inclusão é assumir que o direito à educação não se resume ao acesso, mas envolve permanência, aprendizagem significativa, respeito às diferenças e construção de vínculos que fortaleçam a dignidade de cada aluno.

Segundo Santos et al. (2025), transformar a inclusão em realidade exige que a escola abandone práticas excludentes e reconheça a diversidade como parte constitutiva do processo educativo. Muitas vezes, a exclusão não aparece apenas em atitudes explícitas de preconceito, mas também em currículos pouco representativos, avaliações padronizadas, ausência de acessibilidade e baixa expectativa em relação a determinados estudantes. A diversidade precisa ser compreendida como potência pedagógica, e não como problema ou obstáculo ao ensino. De acordo com Vilalva et al. (2023), as percepções dos professores sobre diversidade cultural e inclusão

influenciam diretamente as formas de acolhimento, participação e reconhecimento dos estudantes no cotidiano escolar. Dessa maneira, a prática pedagógica precisa ser pensada com sensibilidade, planejamento e compromisso, para que todos os alunos tenham oportunidades concretas de aprender e se desenvolver.

De acordo com Rodrigues et al. (2025), os desafios da inclusão no século XXI estão relacionados à necessidade de construir escolas capazes de responder às diferenças culturais, sociais, raciais, corporais e cognitivas presentes na sociedade. Essa realidade exige que a escola se afaste de modelos homogêneos de ensino, nos quais todos os alunos são tratados como se tivessem as mesmas experiências, os mesmos recursos e as mesmas condições de aprendizagem. A inclusão requer olhar atento para as desigualdades que atravessam a vida dos estudantes e que muitas vezes chegam à escola de forma silenciosa. Nesse sentido, Silva e Silva (2026) destacam que ainda existe uma distância significativa entre a legislação inclusiva e a prática pedagógica cotidiana. Portanto, é necessário que a escola transforme os princípios legais em ações concretas, criando metodologias, recursos e relações pedagógicas que favoreçam a participação de todos.

Segundo Nascimento et al. (2025), a escola inclusiva deve promover uma cultura de acolhimento, respeito e valorização das diferenças, considerando que a aprendizagem acontece de forma mais significativa quando o estudante se sente reconhecido e pertencente ao ambiente escolar. Esse pertencimento não se constrói apenas por meio de discursos, mas nas relações diárias, nas atividades propostas, na forma como o professor escuta os alunos e no modo como a escola responde às suas necessidades. A inclusão

demanda uma postura pedagógica intencional, capaz de perceber quem está sendo silenciado, quem participa menos, quem enfrenta barreiras e quem precisa de apoio para acessar o conhecimento. Santos et al. (2025) reforçam que educar na diversidade significa desenvolver práticas que respeitem as singularidades e combatam as formas de exclusão ainda presentes na escola. Assim, a aprendizagem passa a ser entendida como direito de todos e responsabilidade coletiva da instituição.

De acordo com Vilalva et al. (2023), o direito à educação está diretamente ligado à forma como a escola compreende e representa a diversidade em suas práticas pedagógicas. Quando a instituição reconhece os estudantes como sujeitos históricos, culturais e sociais, ela amplia suas possibilidades de construir uma educação mais justa e humanizada. No entanto, quando ignora as diferenças, tende a reproduzir desigualdades e a responsabilizar o próprio aluno por dificuldades que, muitas vezes, são produzidas pela falta de acessibilidade, acolhimento ou adequação pedagógica. Rodrigues et al. (2025) apontam que a diversidade cultural e a inclusão exigem novas perspectivas educacionais, especialmente diante das transformações sociais contemporâneas. Dessa forma, a escola precisa revisar constantemente seus currículos, seus materiais, suas metodologias e suas relações, para que o direito à aprendizagem seja vivido de maneira concreta e não apenas declarado em documentos institucionais.

Segundo Silva e Silva (2026), a passagem da legislação à prática pedagógica inclusiva depende de uma mudança profunda na cultura escolar, envolvendo gestão, professores, famílias, estudantes e demais profissionais da educação. Essa mudança precisa ser construída coletivamente, pois a inclusão não pode ser

responsabilidade isolada de um professor ou de um serviço especializado. Ela deve orientar o projeto político-pedagógico, o planejamento das aulas, a avaliação, a formação docente e a convivência escolar. No meio desse processo, Nascimento et al. (2025) ressaltam que a educação inclusiva deve fortalecer a participação de todos, respeitando diferentes modos de aprender, viver e se expressar. Portanto, o direito à aprendizagem na diversidade exige uma escola comprometida com a equidade, capaz de reconhecer desigualdades, enfrentar preconceitos e criar condições para que cada estudante se desenvolva sem precisar negar sua identidade.

## **2.2. Interseccionalidade na Educação: Gênero, Raça e Deficiência Como Dimensões Articuladas**

De acordo com Hoffmann e Mafra (2025), a interseccionalidade permite compreender a deficiência em articulação com outros marcadores sociais, como gênero, raça e classe, revelando camadas de exclusão que não podem ser analisadas separadamente. Essa perspectiva é fundamental para a educação, pois os estudantes não vivenciam suas experiências escolares a partir de uma única identidade ou condição. Uma aluna negra com deficiência, por exemplo, pode enfrentar barreiras que envolvem simultaneamente racismo, capacitismo, desigualdade de gênero e vulnerabilidades sociais. Nesse sentido, Pereira et al. (2022) demonstram que raça, classe, gênero e deficiência atravessam as condições sociais de desenvolvimento de estudantes e famílias, influenciando diretamente suas oportunidades de acesso, permanência e participação. Assim, a escola precisa olhar para os sujeitos de forma integral, reconhecendo que as desigualdades educacionais são produzidas por múltiplas dimensões.

Segundo Reis (2024), as práticas educacionais voltadas ao Atendimento Educacional Especializado precisam considerar os marcadores sociais de raça, classe e deficiência, pois eles interferem na forma como os estudantes são percebidos, acompanhados e incluídos. Muitas vezes, a escola concentra sua atenção apenas no diagnóstico, deixando de observar outros aspectos da vida do aluno que também influenciam seu processo de aprendizagem. Essa redução pode limitar a compreensão das necessidades reais do estudante e produzir respostas pedagógicas insuficientes. No meio dessa discussão, Rosa e Salerno (2025) afirmam que inclusão e interseccionalidade estabelecem um diálogo necessário para compreender quem são os sujeitos que permanecem à margem das políticas e práticas educacionais. Dessa forma, uma educação inclusiva precisa ir além da deficiência como categoria isolada e considerar os diferentes atravessamentos que constituem cada trajetória escolar.

De acordo com Pereira et al. (2022), a interseccionalidade evidencia que as condições sociais de desenvolvimento não são iguais para todos os estudantes, pois dependem de fatores familiares, econômicos, raciais, territoriais, de gênero e de deficiência. Essa compreensão ajuda a escola a perceber que oferecer o mesmo tratamento a todos nem sempre significa promover justiça. Em muitos casos, a equidade exige reconhecer desigualdades específicas e construir estratégias diferenciadas para garantir a participação de cada sujeito. Hoffmann e Mafra (2025) destacam, nesse sentido, que a deficiência pode ser agravada por outras camadas de exclusão, especialmente quando combinada com racismo, pobreza e desigualdades de gênero. Portanto, a prática pedagógica precisa ser sensível às diferenças concretas vividas pelos

estudantes, evitando generalizações e compreendendo que cada aluno ocupa um lugar social específico.

Segundo Rosa e Salerno (2025), discutir inclusão a partir da interseccionalidade permite ampliar o olhar sobre os sujeitos que historicamente foram tratados como “entre outros” nas políticas educacionais. Essa expressão revela como muitas identidades são colocadas em posições secundárias, sendo lembradas apenas de forma genérica, sem que suas experiências específicas sejam realmente analisadas. A escola, ao adotar uma perspectiva interseccional, passa a observar quem tem menos voz, quem é menos representado, quem sofre mais exclusões e quem encontra maiores obstáculos para aprender. No meio dessa reflexão, Reis (2024) aponta que os marcadores sociais influenciam diretamente as práticas das professoras no AEE, mostrando que a inclusão depende também da forma como os profissionais compreendem raça, classe e deficiência. Assim, a interseccionalidade fortalece uma prática pedagógica mais crítica, cuidadosa e comprometida com a justiça social.

De acordo com Hoffmann e Mafra (2025), gênero, raça e deficiência não são dimensões neutras no ambiente escolar, pois interferem nas expectativas, nas relações e nas oportunidades oferecidas aos estudantes. Uma criança com deficiência pode ser vista de maneira diferente dependendo de sua raça, de seu gênero, de sua condição social e de sua forma de participação na escola. Essas percepções podem gerar acolhimento, mas também podem reforçar estigmas, baixa expectativa e exclusão. Pereira et al. (2022) contribuem para essa discussão ao mostrar que as experiências de mães e estudantes atravessados por deficiência e vulnerabilidades sociais revelam desigualdades que vão além do espaço escolar. Por isso, a escola

precisa compreender que a aprendizagem não ocorre em um vazio social, mas em meio a condições concretas que impactam o acesso ao conhecimento, às relações e ao pertencimento.

Segundo Reis (2024), uma abordagem interseccional na educação permite que professores e gestores compreendam melhor as trajetórias dos estudantes e planejem práticas pedagógicas mais coerentes com suas realidades. Isso significa abandonar respostas padronizadas e construir intervenções que considerem as múltiplas dimensões da vida escolar. A interseccionalidade não serve para rotular os alunos, mas para impedir que suas experiências sejam simplificadas ou invisibilizadas. No meio desse processo, Rosa e Salerno (2025) defendem que a aproximação entre inclusão e interseccionalidade possibilita novas leituras sobre pertencimento, diferença e desigualdade. Portanto, gênero, raça e deficiência devem ser entendidos como categorias indissociáveis na prática pedagógica, pois somente uma leitura articulada dessas dimensões permite que a escola enfrente exclusões históricas e construa uma educação verdadeiramente democrática.

### **2.3. Práticas Pedagógicas Inclusivas para Uma Escola Plural e Antidiscriminatória**

De acordo com Serrano et al. (2026), uma prática pedagógica antidiscriminatória precisa reconhecer a diversidade cultural como elemento central do processo educativo. Isso significa que a escola deve deixar de tratar as diferenças como temas pontuais e passar a incorporá-las de maneira contínua no currículo, nas metodologias, nas avaliações e nas relações escolares. Uma escola plural se constrói quando os estudantes se veem representados nos conteúdos, nas imagens, nas histórias e nas atividades desenvolvidas em sala de

aula. Nesse sentido, Serrano et al. (2025) afirmam que a educação antirracista é um caminho indispensável para fortalecer práticas pedagógicas inclusivas, pois permite enfrentar estereótipos, silenciamentos e desigualdades raciais. Assim, o trabalho pedagógico deve promover reconhecimento, pertencimento e valorização das múltiplas identidades presentes na escola.

Segundo Monteiro (2025), a efetivação de práticas antirracistas na escola exige políticas institucionais, formação docente e compromisso com a implementação da Lei 10.639/2003. Essa discussão é importante porque o enfrentamento ao racismo não pode depender apenas de iniciativas individuais ou ações realizadas em datas comemorativas. Ele precisa atravessar o projeto pedagógico, os materiais didáticos, a organização escolar e a forma como conflitos são tratados. No meio dessa construção, Serrano et al. (2025) destacam que a educação antirracista contribui para uma prática pedagógica inclusiva ao questionar ausências históricas e valorizar saberes, culturas e trajetórias negras. Dessa maneira, uma escola antidiscriminatória precisa assumir intencionalmente o combate ao racismo, ao capacitismo, ao sexismo e a outras formas de exclusão que afetam a vida dos estudantes.

De acordo com Santos et al. (2025), a inclusão se torna realidade quando a escola enfrenta barreiras físicas, pedagógicas, comunicacionais e atitudinais que dificultam a participação dos estudantes. Essas barreiras aparecem, por exemplo, na ausência de recursos acessíveis, na rigidez das atividades, na falta de adaptação curricular, na pouca escuta dos alunos e nas baixas expectativas em relação às suas capacidades. Uma prática inclusiva exige planejamento, sensibilidade e disposição para modificar estratégias sempre que necessário. Rodrigues et al. (2025) afirmam, no meio

dessa reflexão, que a diversidade cultural e a inclusão desafiam a escola a construir novas formas de ensinar e conviver no século XXI. Portanto, o professor precisa diversificar metodologias, ampliar recursos, acolher diferentes modos de expressão e garantir que todos os estudantes participem das experiências coletivas.

Segundo Silva e Silva (2026), a distância entre a legislação inclusiva e a prática pedagógica ainda representa um dos principais desafios das escolas brasileiras. Embora existam importantes avanços legais, muitas instituições ainda encontram dificuldades para transformar esses direitos em ações efetivas no cotidiano. Isso revela a necessidade de formação docente contínua, apoio institucional, recursos pedagógicos e mudança de mentalidade. No meio desse processo, Nascimento et al. (2025) ressaltam que a educação para todos depende da construção de ambientes escolares acolhedores, nos quais a diversidade seja respeitada e valorizada. Assim, as práticas pedagógicas inclusivas precisam envolver tanto o planejamento das aulas quanto a cultura escolar, pois a inclusão acontece nas escolhas curriculares, nas relações de cuidado, na escuta e na forma como a escola responde às diferenças.

De acordo com Serrano et al. (2026), uma prática pedagógica antidiscriminatória deve criar condições para que os estudantes compreendam criticamente as desigualdades sociais e participem da construção de relações mais respeitadas. Isso exige que a escola trabalhe temas como diversidade cultural, racismo, gênero, deficiência, direitos humanos e convivência de maneira responsável e contextualizada. Ao discutir essas questões, o professor ajuda os alunos a reconhecerem preconceitos e a desenvolverem atitudes de empatia, respeito e responsabilidade coletiva. Monteiro (2025), no meio dessa discussão, mostra que iniciativas voltadas à escola

antirracista podem contribuir para a efetivação do direito antidiscriminatório no cotidiano educacional. Dessa forma, a prática pedagógica deixa de ser apenas transmissão de conteúdos e passa a ser também uma ação formativa comprometida com a cidadania.

Segundo Nascimento et al. (2025), uma escola verdadeiramente inclusiva depende de uma cultura institucional que valorize a participação, o acolhimento e a aprendizagem de todos os estudantes. Essa cultura não se constrói de forma imediata, mas por meio de ações contínuas, diálogo entre profissionais, escuta das famílias, envolvimento dos estudantes e revisão permanente das práticas pedagógicas. A inclusão precisa estar presente no projeto político-pedagógico, na gestão escolar, nas reuniões pedagógicas, nos planejamentos e nas avaliações. No meio dessa construção, Rodrigues et al. (2025) reforçam que os desafios e perspectivas da diversidade no ambiente escolar exigem compromisso coletivo e práticas intencionais. Portanto, uma escola plural e antidiscriminatória é aquela que reconhece gênero, raça e deficiência como dimensões inseparáveis da experiência escolar e constrói caminhos para que todos aprendam com dignidade.

### **3. METODOLOGIA**

A presente pesquisa foi desenvolvida por meio de uma pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa, tendo como finalidade analisar produções acadêmicas relacionadas à inclusão, interseccionalidade e diversidade na escola, considerando gênero, raça e deficiência como categorias indissociáveis na prática pedagógica. A escolha por esse tipo de pesquisa se justifica porque o estudo buscou compreender, a partir de autores e produções já publicadas, como essas categorias vêm sendo discutidas no campo

educacional e de que maneira podem contribuir para a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas, democráticas e antidiscriminatórias. De acordo com Gil (2022), a pesquisa bibliográfica é relevante porque permite ao pesquisador entrar em contato com conhecimentos já produzidos sobre determinado tema, possibilitando uma análise mais ampla, crítica e fundamentada do objeto investigado. Assim, essa metodologia foi considerada adequada por permitir a reunião, comparação e interpretação de diferentes contribuições teóricas sobre a temática estudada.

O estudo teve como foco a análise de materiais acadêmicos que abordassem diretamente a inclusão escolar, a diversidade no ambiente educativo, a interseccionalidade e as relações entre gênero, raça e deficiência na prática pedagógica. Nesse sentido, a pesquisa não se limitou a compreender a inclusão apenas como acesso à escola, mas buscou observar como os estudos discutem a permanência, a participação, o pertencimento, a acessibilidade, a representatividade e o enfrentamento das desigualdades. A metodologia bibliográfica também possibilitou identificar como diferentes autores compreendem a escola enquanto espaço social atravessado por múltiplas diferenças e por desigualdades históricas que precisam ser enfrentadas de forma articulada.

Para a localização dos materiais, foram utilizados descritores relacionados diretamente ao tema da pesquisa. Entre os principais descritores empregados, destacam-se: inclusão escolar, diversidade na escola, interseccionalidade na educação, gênero e educação, raça e educação, deficiência e inclusão escolar, educação antirracista, prática pedagógica inclusiva, AEE e interseccionalidade, diversidade cultural e educação e educação antidiscriminatória. Também foram

utilizadas combinações entre os descritores, como: inclusão escolar AND diversidade, interseccionalidade AND deficiência, raça AND gênero AND educação, deficiência AND prática pedagógica, educação antirracista AND inclusão e gênero AND raça AND deficiência. Essas combinações permitiram ampliar o alcance da busca e, ao mesmo tempo, selecionar estudos que dialogassem de forma mais direta com o problema proposto.

As plataformas de busca utilizadas para o levantamento bibliográfico foram o Google Acadêmico, a Scientific Electronic Library Online, SciELO, o Portal de Periódicos da CAPES, a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, BDTD, além de repositórios institucionais e periódicos científicos da área da educação, direitos humanos, diversidade e inclusão. A escolha dessas bases ocorreu por serem espaços de ampla circulação de produções acadêmicas, incluindo artigos científicos, dissertações, teses, livros e capítulos de livros. Durante a busca, priorizaram-se materiais publicados em língua portuguesa e relacionados à realidade educacional brasileira, considerando que o tema da inclusão, da diversidade e da interseccionalidade assume características específicas no contexto social, histórico e escolar do Brasil.

Foram definidos critérios de inclusão e exclusão para garantir maior coerência na seleção dos materiais analisados. Como critérios de inclusão, foram considerados estudos publicados preferencialmente entre 2022 e 2026, escritos em língua portuguesa, disponíveis integralmente para consulta, relacionados à educação escolar e que abordassem pelo menos uma das seguintes dimensões: inclusão, diversidade, interseccionalidade, gênero, raça, deficiência, práticas pedagógicas inclusivas, educação antirracista ou atendimento educacional especializado. Também foram incluídas produções que

apresentassem contribuições teóricas ou práticas para compreender como a escola pode enfrentar desigualdades e construir uma prática pedagógica mais sensível às diferenças.

Como critérios de exclusão, foram descartados materiais que não apresentavam relação direta com o tema, estudos repetidos nas bases de dados, textos sem identificação clara de autoria, publicações sem caráter acadêmico ou científico e materiais que tratavam da deficiência, do gênero ou da raça de forma isolada, sem relação com o contexto educacional. Também foram excluídos textos que abordavam a inclusão apenas de maneira genérica, sem discutir implicações pedagógicas, sociais ou escolares. Além disso, estudos com foco exclusivamente clínico, médico ou jurídico foram desconsiderados quando não apresentavam articulação com a educação e com a prática pedagógica.

Após a busca inicial, os estudos foram selecionados a partir da leitura dos títulos, resumos e palavras-chave. Em seguida, os materiais considerados mais relevantes foram lidos de maneira mais aprofundada, buscando identificar seus objetivos, principais discussões, contribuições teóricas e relação com o tema da pesquisa. Esse processo permitiu organizar os estudos em eixos de análise, especialmente: inclusão escolar e direito à aprendizagem, interseccionalidade e marcadores sociais, diversidade cultural, educação antirracista e práticas pedagógicas inclusivas. A análise dos materiais foi realizada de forma interpretativa, buscando compreender as aproximações, diferenças e contribuições de cada produção para o fortalecimento de uma escola plural e democrática.

A seguir, apresenta-se uma síntese de cinco estudos selecionados na pesquisa bibliográfica, destacando suas principais contribuições

para o desenvolvimento deste trabalho.

**Tabela 1. Estudos e contribuições**

<b>Autor(es) e ano</b>	<b>Título do estudo</b>	<b>Principais contribuições para a pesquisa</b>
Silva e Silva (2026)	<i>Inclusão escolar e diversidade: da legislação à prática pedagógica</i>	Contribui para compreender a distância entre os direitos garantidos pela legislação e os desafios enfrentados na prática pedagógica cotidiana. O estudo reforça que a inclusão não pode ser limitada à matrícula, pois exige acessibilidade, planejamento, formação docente e mudança na cultura escolar.
Nascimento et al. (2025)	<i>Educação para todos: inclusão e diversidade no ambiente escolar</i>	Auxilia na compreensão da escola como espaço de acolhimento e participação, destacando que a educação para todos depende de práticas que respeitem as diferenças e garantam condições reais de aprendizagem. O estudo contribui para fortalecer a ideia de pertencimento e equidade.
Hoffmann e Mafra (2025)	<i>O papel da interseccionalidade na compreensão da deficiência: gênero, raça e classe como camadas de exclusão</i>	Oferece base teórica para compreender a deficiência de forma articulada a outros marcadores sociais, como gênero, raça e classe. O estudo mostra que as experiências de exclusão não são isoladas, mas atravessadas por múltiplas desigualdades.
Reis (2024)	<i>Atendimento Educacional</i>	Contribui para refletir sobre a importância de considerar raça,

	<i>Especializado (AEE) e interseccionalidade: percepções sobre marcadores sociais de raça, classe e deficiência e suas implicações nas práticas das professoras</i>	classe e deficiência nas práticas do AEE. O estudo permite compreender que o atendimento especializado precisa ir além do diagnóstico e considerar a realidade social e histórica dos estudantes.
Serrano et al. (2025)	<i>Educação antirracista: caminhos para uma prática pedagógica inclusiva</i>	Contribui para discutir a educação antirracista como parte essencial da prática pedagógica inclusiva. O estudo reforça que combater o racismo na escola exige ações contínuas no currículo, nos materiais didáticos, nas relações escolares e na formação docente.

Fonte: Autores, 2026.

Dessa forma, a metodologia adotada possibilitou construir uma base teórica consistente para discutir a inclusão, a interseccionalidade e a diversidade na escola. A pesquisa bibliográfica permitiu compreender que gênero, raça e deficiência não devem ser analisados de forma separada, pois se articulam nas experiências concretas dos estudantes e influenciam suas condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem. Portanto, o percurso metodológico contribuiu para fundamentar a discussão sobre a necessidade de práticas pedagógicas mais inclusivas, sensíveis e antidiscriminatórias, capazes de reconhecer as diferenças e enfrentar as desigualdades presentes no cotidiano escolar.

#### **4. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A pesquisa bibliográfica realizada permitiu compreender que a inclusão escolar ainda se apresenta como um desafio complexo, principalmente quando analisada a partir da articulação entre gênero, raça e deficiência. Os estudos analisados evidenciam que a escola brasileira avançou no campo legal e discursivo, mas ainda enfrenta dificuldades para transformar esses direitos em práticas pedagógicas efetivas. De acordo com Silva e Silva (2026), a inclusão não pode ser compreendida apenas como acesso à matrícula, pois exige condições reais de participação, aprendizagem, acessibilidade e pertencimento. Esse resultado mostra que a escola precisa superar a ideia de inclusão como simples presença física do estudante no espaço escolar. Ao contrário, é necessário construir uma prática pedagógica que reconheça as diferenças como parte da vida escolar e que organize o ensino de maneira sensível às múltiplas necessidades dos alunos.

Outro resultado relevante encontrado na pesquisa refere-se à importância da diversidade como elemento estruturante da escola. Os estudos apontam que a diversidade não deve ser tratada como tema complementar ou apenas como conteúdo de datas comemorativas, mas como princípio que orienta o currículo, a avaliação, a convivência e as metodologias utilizadas em sala de aula. Nascimento et al. (2025) destacam que a educação para todos depende da construção de ambientes escolares acolhedores, nos quais as diferenças sejam reconhecidas e valorizadas. Nesse sentido, os resultados indicam que a inclusão só se concretiza quando a escola deixa de tentar encaixar todos os estudantes em um mesmo padrão e passa a reconhecer que cada aluno aprende, participa e se expressa de formas distintas. Essa compreensão amplia o papel do professor, que deixa de ser apenas transmissor de conteúdos e passa

a atuar como mediador de relações, experiências e possibilidades de aprendizagem.

A análise também revelou que a interseccionalidade é uma categoria fundamental para compreender as desigualdades presentes no cotidiano escolar. Os estudos de Hoffmann e Mafra (2025) demonstram que a deficiência não pode ser analisada isoladamente, pois ela se articula com outros marcadores sociais, como raça, gênero e classe. Esse resultado é importante porque mostra que estudantes com deficiência não vivem a experiência escolar da mesma maneira. Uma menina negra com deficiência, por exemplo, pode enfrentar barreiras diferentes daquelas vivenciadas por um menino branco com deficiência ou por uma estudante negra sem deficiência. Assim, a interseccionalidade contribui para que a escola compreenda que as desigualdades não aparecem de forma única, mas se cruzam e produzem experiências específicas de exclusão, silenciamento e vulnerabilidade.

No campo das práticas pedagógicas, os resultados indicam que ainda há uma tendência de trabalhar a inclusão de maneira fragmentada. Muitas vezes, a deficiência é associada apenas ao Atendimento Educacional Especializado, enquanto as questões raciais e de gênero são tratadas separadamente, sem diálogo entre si. Reis (2024) contribui para essa discussão ao apontar que o AEE precisa considerar os marcadores sociais de raça, classe e deficiência, pois eles influenciam diretamente as práticas das professoras e as experiências dos estudantes. Dessa forma, a pesquisa evidencia que a prática pedagógica inclusiva precisa ser pensada de maneira integrada, reconhecendo que o aluno não pode ser reduzido ao laudo, à cor da pele, ao gênero ou à condição social. Ele é um sujeito

inteiro, atravessado por diferentes experiências, e a escola precisa acolher essa complexidade.

A pesquisa também mostrou que a construção de uma escola inclusiva e antidiscriminatória depende diretamente da formação docente. Os estudos analisados destacam que muitos professores reconhecem a importância da diversidade, mas ainda sentem insegurança para trabalhar temas como racismo, capacitismo, desigualdades de gênero e interseccionalidade na prática pedagógica. Serrano et al. (2025) afirmam que a educação antirracista é um caminho indispensável para uma prática pedagógica inclusiva, pois permite enfrentar silenciamentos históricos, estereótipos e desigualdades raciais presentes no currículo e nas relações escolares. Essa discussão evidencia que a formação continuada precisa ir além de orientações técnicas, oferecendo espaços de reflexão crítica sobre preconceitos, práticas excludentes e possibilidades de reorganização do ensino. Quando o professor é apoiado teoricamente e institucionalmente, ele consegue planejar ações mais coerentes com a realidade dos estudantes.

Outro resultado encontrado diz respeito à necessidade de rever o currículo escolar. Os estudos apontam que a ausência de representatividade nos conteúdos, livros, imagens, exemplos e atividades pode produzir sentimentos de invisibilidade nos estudantes. Monteiro (2025), ao discutir caminhos para a efetivação da educação antirracista, reforça a importância de ações institucionais contínuas para combater o racismo e promover o direito antidiscriminatório no ambiente escolar. Essa análise pode ser ampliada para as dimensões de gênero e deficiência, pois uma escola inclusiva precisa representar diferentes corpos, histórias,

culturas, identidades e formas de aprender. Assim, o currículo deve ser compreendido como espaço de disputa, reconhecimento e transformação, e não apenas como uma lista neutra de conteúdos.

**Tabela 2. Principais resultados encontrados na pesquisa bibliográfica.**

<b>Principais resultados encontrados</b>	<b>Discussão e contribuições para a pesquisa</b>
A inclusão ainda é marcada pela distância entre legislação e prática pedagógica.	Os estudos mostram que, apesar dos avanços legais, muitas escolas ainda enfrentam dificuldades para garantir acessibilidade, participação e aprendizagem efetiva. Isso reforça a necessidade de transformar a inclusão em prática cotidiana.
A diversidade precisa ser compreendida como princípio pedagógico.	A pesquisa evidenciou que a diversidade não deve ser trabalhada apenas em momentos pontuais, mas integrada ao currículo, às metodologias, às avaliações e às relações escolares.
Gênero, raça e deficiência devem ser analisados de forma articulada.	A interseccionalidade mostrou-se essencial para compreender que as desigualdades se cruzam e produzem experiências específicas de exclusão ou pertencimento.
O AEE e as práticas inclusivas precisam ir além do diagnóstico.	Os resultados indicam que o estudante com deficiência deve ser visto em sua integralidade, considerando também sua raça, gênero, classe social, história familiar e contexto de vida.
A formação docente é indispensável para práticas antidiscriminatórias.	Os estudos apontam que os professores precisam de formação contínua para enfrentar racismo, capacitismo, sexismo e outras formas de exclusão no cotidiano escolar.
O currículo escolar ainda apresenta	A ausência de diferentes histórias, culturas, corpos e identidades nos materiais e conteúdos

lacunas de representatividade.	escolares pode reforçar invisibilidades e desigualdades.
--------------------------------	--

Fonte: autores, 2026.

Diante dos resultados encontrados, observa-se que a inclusão, a interseccionalidade e a diversidade precisam ser compreendidas como dimensões indissociáveis da prática pedagógica. Santos et al. (2025) ressaltam que transformar a inclusão em realidade exige mudanças na cultura escolar, no planejamento e nas relações estabelecidas entre professores, estudantes e comunidade. Assim, a pesquisa confirma que uma escola verdadeiramente inclusiva não é aquela que apenas recebe todos os alunos, mas aquela que se reorganiza para que todos aprendam, participem e se sintam pertencentes. A discussão realizada permite afirmar que gênero, raça e deficiência não podem ser tratados como temas separados, pois atravessam conjuntamente as experiências escolares e influenciam as oportunidades de aprendizagem. Portanto, a prática pedagógica inclusiva precisa ser crítica, sensível, antidiscriminatória e comprometida com a construção de uma escola mais justa, plural e humanizada.

## **CONCLUSÃO**

A presente pesquisa permitiu compreender que a inclusão, a interseccionalidade e a diversidade constituem dimensões fundamentais para a construção de uma prática pedagógica mais justa, sensível e comprometida com a realidade dos estudantes. Ao longo do estudo, foi possível perceber que a escola não pode ser compreendida como um espaço neutro, pois nela se manifestam diferentes formas de pertencimento, desigualdade, exclusão e resistência. Nesse sentido, gênero, raça e deficiência precisam ser

analisados de forma articulada, uma vez que essas categorias atravessam a experiência escolar dos sujeitos e influenciam diretamente suas condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem.

O objetivo geral da pesquisa, que foi analisar de que maneira a inclusão, a interseccionalidade e a diversidade podem ser compreendidas e incorporadas à prática pedagógica escolar, foi alcançado a partir da discussão teórica realizada. Os estudos analisados demonstraram que uma escola inclusiva não se limita a garantir a matrícula dos estudantes, mas precisa criar condições reais para que todos aprendam, participem e se sintam pertencentes ao ambiente escolar. Assim, a inclusão deve ser vista como um compromisso cotidiano, presente no currículo, nas metodologias, nas avaliações, nas relações interpessoais e na forma como a escola reconhece as diferenças.

Também foi possível alcançar os objetivos específicos propostos, pois a pesquisa discutiu os conceitos de inclusão, diversidade e interseccionalidade, identificou como desigualdades relacionadas a gênero, raça e deficiência podem se manifestar no cotidiano escolar e refletiu sobre estratégias pedagógicas inclusivas e antidiscriminatórias. A partir dessas discussões, compreendeu-se que tratar essas categorias de maneira separada pode limitar a compreensão das experiências vividas pelos estudantes. Uma aluna negra com deficiência, por exemplo, pode enfrentar barreiras específicas que não são explicadas apenas pela deficiência, apenas pela raça ou apenas pelo gênero, mas pela combinação desses marcadores em sua trajetória.

A pesquisa bibliográfica mostrou que ainda existe uma distância significativa entre os princípios legais da inclusão e sua efetivação na prática pedagógica. Embora haja avanços importantes nas políticas educacionais e nos debates acadêmicos, muitas escolas ainda enfrentam desafios relacionados à formação docente, à acessibilidade, à representatividade curricular, ao enfrentamento do racismo, do capacitismo, do sexismo e de outras formas de discriminação. Dessa forma, os resultados indicam que a inclusão precisa ser assumida como uma responsabilidade coletiva, envolvendo professores, gestão escolar, famílias, estudantes e demais profissionais da educação.

Conclui-se, portanto, que a prática pedagógica inclusiva deve ser construída a partir de um olhar atento, crítico e humanizado sobre os sujeitos que compõem a escola. Não basta afirmar que todos são iguais, pois essa ideia, quando desconsidera as desigualdades históricas e sociais, pode acabar invisibilizando aqueles que mais precisam de apoio, reconhecimento e justiça. A escola precisa promover a equidade, oferecendo condições diferenciadas sempre que necessário, para que todos tenham oportunidades concretas de aprender e se desenvolver com dignidade.

Dessa maneira, a pesquisa confirma a importância de compreender gênero, raça e deficiência como categorias indissociáveis na prática pedagógica. A interseccionalidade contribui para ampliar o olhar docente e institucional, permitindo que a escola perceba as múltiplas barreiras que atravessam a vida dos estudantes. Ao reconhecer essas dimensões de forma articulada, a escola se aproxima de uma educação mais democrática, plural e antidiscriminatória, capaz de acolher as diferenças não como problema, mas como parte essencial da vida coletiva.

Por fim, este estudo reforça que uma escola verdadeiramente inclusiva é aquela que se compromete com o direito de todos à aprendizagem, ao pertencimento e ao respeito. A inclusão, nesse sentido, não deve ser tratada como uma ação isolada ou como responsabilidade de um setor específico, mas como princípio orientador de toda a prática educativa. Assim, espera-se que esta pesquisa contribua para fortalecer reflexões e ações pedagógicas voltadas à construção de uma escola mais humana, equitativa e sensível às diferentes formas de ser, aprender e existir.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

HOFFMANN, Ricardo Henrique; MAFRA, Cecília Knih. O papel da interseccionalidade na compreensão da deficiência: gênero, raça e classe como camadas de exclusão. *Revista de Direitos Humanos do LACEDH-UNIFEBE*, v. 3, n. 2, 2025.

MONTEIRO, Raquel Mônica Costa. Selo Escola Antirracista: caminhos para a efetivação da Lei 10.639/2003 e do Direito Antidiscriminatório na Rede Municipal de Ensino de Fortaleza. 2025.

NASCIMENTO, Samara Monique Araújo et al. Educação para todos: inclusão e diversidade no ambiente escolar. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 11, n. 11, p. 5884-5983, 2025.

PEREIRA, Bárbara Silva dos Santos et al. Interseccionalidade de raça, classe, gênero e deficiência: dialogando sobre as condições sociais de desenvolvimento de mães e alunos com síndrome congênita do Zika vírus. 2022.

REIS, Larissa Diana Guimarães. Atendimento Educacional Especializado (AEE) e interseccionalidade: percepções sobre marcadores sociais de raça, classe e deficiência e suas implicações nas práticas das professoras. 2024.

RODRIGUES, Karla Cristina Pereira; SILVA, Andreane Matias da; BARROSO, Simone Carla de Sousa. Diversidade cultural e inclusão no ambiente escolar: desafios e perspectivas no século XXI. Atena Editora, 2025.

ROSA, Marcelo Victor; SALERNO, Marina Brasiliano. "... entre outros" inclusão e interseccionalidade: um diálogo possível? *Periferia*, v. 17, n. 1, p. e83821-e83821, 2025.

SANTOS, Queila Pereira et al. Inclusão: educando na diversidade: transformando a inclusão em realidade. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 11, n. 1, p. 2325-2343, 2025.

SERRANO, Daiane Duprat et al. Diversidade cultural e educação: caminhos para uma prática pedagógica antidiscriminatória. *Revista Ilustração*, v. 7, n. 2, p. 69-81, 2026.

SERRANO, Daiane Duprat et al. Educação antirracista: caminhos para uma prática pedagógica inclusiva. *Missioneira*, v. 27, n. 11, p. 85-99, 2025.

SILVA, Malriza Lucas; SILVA, Rozineide Iraci Pereira da. Inclusão escolar e diversidade: da legislação à prática pedagógica. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 12, n. 1, p. 1-11, 2026.

VILALVA, Adriana Mallmann et al. O direito à educação: percepções/representações dos/as professores/as sobre a diversidade cultural e as pedagogias de inclusão. 2023.

---

<sup>1</sup> Mestre em Planejamento e Políticas Públicas. Instituição: Universidade Estadual do Ceará. Doutoranda em Ciências da Educação, Universidad Autónoma de Asunción, Assunção, Paraguai.

E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

<sup>2</sup> Mestre em Letras pela Universidade Federal da Paraíba. Instituição: UFPB. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

<sup>3</sup> Doutoranda em educação Educaller. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

<sup>4</sup> Mestranda em Ciências da Educação pela universidade Autônoma de Assunção - UAA/ PARAGUAI. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)